

SUMÁRIO

Prefaurora	11
Dedicatória	15
Agradecimentos	17
Introdução	21

CAPÍTULO I

Proposições Propedêuticas, 27

1. Conhecimento Científico	28
2. Delimitação do Objeto e Indicação do Sistema de Referência	31
2.1. Delimitação do Objeto	32
2.2. Concepção do giro-lingüístico	33
2.3. Teoria Comunicacional do Direito	36
2.4. Semiótica como técnica de aproximação do Direito... ..	39

CAPÍTULO II

Direito Penal Tributário, 41

1. Problema Semântico da Palavra 'Direito'	42
2. Direito Positivo e Ciência do Direito	45
3. Direito Penal Tributário Positivo e Ciência do Direito Penal Tributário	50
4. Problema da Existência do Direito Penal Tributário	52
5. O Problema da Autonomia do Direito Penal Tributário	54

CAPÍTULO III

Norma Jurídica, 61

1. Interpretação: O Percurso da Construção do Sentido dos Textos Jurídicos	62
-------------------------------------------------------------------------------------	----

2. Norma Jurídica	67
2.1. Estrutura sintática da norma jurídica	69
2.2. Conteúdos significativos gerais e abstratos, individuais e concretos	71
3. Norma Jurídica Completa	72
3.1. Normas primárias precedentes e derivadas	74
3.2. Norma secundária	77
3.2.1. O problema do termo 'sanção'	79

CAPÍTULO IV

Norma Jurídica Penal, 83

1. Norma Jurídica Penal	84
1.1. Construção da norma penal	89
2. Regra-Matriz Penal	90
2.1. Hipótese penal	90
2.1.1. Critério material	92
2.1.2. Critério temporal	95
2.1.3. Critério espacial	96
2.2. Conseqüente penal	97
2.2.1. Critério pessoal	98
2.2.1.1. Sujeito ativo	98
2.2.1.2. Sujeito passivo	101
2.2.2. Critério objetacional	106
2.2.2.1. Qualificação	106
2.2.2.2. Quantificação	109
3. Síntese da Regra-Matriz de Incidência Penal	112

CAPÍTULO V

Norma Jurídica Penal Tributária, 113

1. Norma Jurídica Penal Tributária	114
1.1. Estrutura da norma penal tributária completa	114

2. Norma Jurídica Tributária	115
2.1. Norma jurídica tributária em sentido estrito	117
2.2. Norma jurídica de dever instrumental	119
2.3. Normas jurídicas tributárias derivadas punitivas	122
2.3.1. Norma de multa pelo não-pagamento	123
2.3.2. Norma de multa de mora	124
2.3.3. Norma de multa instrumental	124
2.3.4. Normas de multa tributária e norma penal tributária	125
2.4. Outras normas tributárias (em sentido amplo)	129
2.5. Relações jurídicas tributárias e o Código Tributário Nacional	130
2.6. Norma tributária como precedente da norma penal	134
3. Conectivo Lógico das Normas Tributária e Penal Tributária	135
3.1. Paradoxo do condicional	138
3.2. Resolução do impasse	141
4. Norma Penal Tributária – Regra-Matriz de Incidência ..	144
4.1. O bem jurídico tutelado pela norma penal tributária	144
4.2. O problema da norma penal em branco	150
4.3. Hipótese penal tributária	155
4.3.1. Critério material	156
4.3.1.1. Verbo	156
4.3.1.2. Complemento	156
4.3.1.3. Subjetividade	157
4.3.2. Critério temporal	160
4.3.3. Critério espacial	160
4.4. Conseqüente penal tributário	161
4.4.1. Critério pessoal	162
4.4.1.1. Sujeito ativo	162
4.4.1.2. Sujeito passivo	162

4.4.2. Critério objetacional	167
4.4.2.1. Qualificação	167
4.4.2.2 Quantificação	168
4.5. Normas de aumento e diminuição da pena	169
5. Norma Penal Tributária Coercitiva	170

CAPÍTULO VI

Aplicação da Norma Penal Tributária, 173

1. Aplicação e Incidência da Norma Jurídica	174
2. Evento Fato e Fato Jurídico	178
3. Aplicação da Norma Jurídica Penal	181
3.1. A questão da consumação	185
3.2. Aplicação da norma jurídica penal no tempo	190
3.3. Concurso de Crimes	193
4. Aplicação da Norma Jurídica Penal Tributária	200
4.1. Necessidade de constituição do crédito tributário	200
4.2. Constituição do crédito tributário	202
4.2.1. Natureza declaratória ou constitutiva	203
4.2.2. Classificação e a questão do procedimento ou ato administrativo	204
4.2.3. Constituição definitiva do crédito tributário	208
4.3. Momento consumativo dos crimes contra a ordem tributária	210
4.4. Necessidade de esgotamento da via administrativa ..	215
4.4.1. Atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal	217
4.4.2. Nosso Posicionamento	228

CAPÍTULO VII

Norma Penal Tributária Individual e Concreta, 237

1. Norma Penal Individual e Concreta	238
--------------------------------------------	-----

1.1. Fato jurídico penal	239
1.1.1. Acepções da palavra 'crime'	240
1.1.2. 'Crime' no Direito Penal	242
1.1.3. Problemas na constituição do crime	246
1.2. Relação jurídica penal	250
1.2.1. Acepções da palavra 'pena'	252
1.2.2. 'Pena' como relação jurídica penal	255
1.2.3. 'Pena' no Direito Penal	256
2. Norma Penal Tributária Individual e Concreta	259
2.1 Crimes contra ordem tributária	259
2.1.1. Diferença entre infração tributária e crime contra ordem tributária	261
2.2. Relação jurídica penal tributária	264
2.2.1. Diferença entre multa tributária e multa penal tributária	265

CAPÍTULO VIII

Extinção da Punibilidade Penal Tributária, 267

1. Punibilidade Penal	268
2. Causas de Extinção da Punibilidade Penal	272
2.1. Morte do agente	273
2.2. Anistia, graça ou indulto	274
2.3. Retroatividade da lei que não mais considera fato como criminoso	276
2.4. Prescrição, decadência e preempção	277
2.4.1. Prescrição	278
2.4.1.1. Prescrição como causa de exclusão da punibilidade	280
2.4.1.2. Prescrição nos crimes contra a ordem tributária	282
2.4.1.3. Consumação do evento-crime e prescrição	284

2.4.1.4. Discussão administrativa e judicial sobre crédito tributário e prescrição	288
2.5. Retratação do agente	292
2.6. Extinção da punibilidade própria dos crimes contra a ordem tributária	294
2.6.1. Aplicação das normas de extinção da punibilidade pelo pagamento no tempo	295
2.6.2. Pagamento do tributo e extinção da punibilidade	296
2.6.3. Formalização do crédito tributário e extinção da punibilidade	300
2.6.4. Discussões doutrinárias acerca do pagamento como hipótese de exclusão da punibilidade	301
2.6.5. Pagamento do tributo como circunstância atenuante	302
2.6.6. Denúncia espontânea e extinção da punibilidade	303
2.6.7. Parcelamento	303
2.6.7.1. Parcelamento do tributo e extinção da punibilidade	305
2.6.7.2. Parcelamento e as disposições sobre pretensão punitiva nas Leis do REFIS e PAES	308
3. Causas Extintivas da Obrigação Tributária	315
3.1. Do reflexo das causas extintivas do crédito tributário na esfera penal	317
Conclusões	325
Referências Bibliográficas	347